CORREIO ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Lei atualiza subvenções federais e reorganiza cobertura

Seguro rural: novas regras ampliam cobertura e proteção ao produtor

O setor agrícola brasileiro tem a partir desta quarta-feira (30) novas regras que ampliam a proteção de produtores rurais e fortalecem mecanismos de cobertura de risco. A Lei n.° 15.526 consolida o seguro rural como instrumento da política agrícola e atualiza normas para a contratação, regulação e pagamento de indenizações. O texto está publicado na edição desta quarta-feira (30) do Diário Oficial da União.

A nova legislação determina que os contratos de seguro rural informemde forma clara os documentos exigidos para a análise dos sinistros e prevê prazos para conclusão dos processos:

Regulação de sinistros sem necessidade de vistoria presencial: até 15 dias após o aviso do produtor;

Pagamento de indenizações: até 30 dias após a entrega dos documentos exigidos ou realização da vistoria técnica.

Quantidade de gado reduz e produção sobe

O rebanho bovino diminuiu 1,7% em 2025, na comparação com 2024, na segunda queda anual consecutiva. A quantidade de bovinos reduziu para 234,3 milhões de cabeças, a menor desde 2022, quando o efetivo era de 234,9 milhões de cabeças. Os dados são da pesquisa da Produção da Pecuária Municipal (PPM) 2025, divulgada hoje (30) pelo IBGE. A pesquisa mostrou também recorde no valor de produção da pecuária (R$ 141,2 bilhões), com alta de 6,2% em relação a 2024.

GILVAN ALVES/TV BRASIL

Dados são da pesquisa da Produção da Pecuária Municipal

Brasil é 2º em inovação na América Latina

O Brasil manteve a 2ª posição entre as economias mais inovadoras da América Latina e Caribe, segundo o Índice Global de Inovação (IGI) 2026.

O país deixou atrás apenas do Chile e segue como o único da região com desempenho em inovação acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, condição mantida pelo sexto ano consecutivo. O estudo atribui destaque ao tamanho do mercado brasileiro e a pontos fortes em ciência, empreendedorismo e ativos intangíveis.

SP e RJ têm os maiores volumes de crédito

O saldo das garantias concedidas pela União a operações de crédito atingiu R$ 353,64 bilhões ao final do 2º quadrimestre de 2026, sendo R$ 173,93 bilhões em operações de crédito internas e R$ 179,71 bilhões em operações de crédito externas. Os dados podem ser conferidos no Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas (RQG) do 2º quadrimestre de 2026.

Bolsa Família I

A Caixa Econômica Federal concluiu o pagamento da parcela de setembro do Bolsa Família. Receberam na quarta os beneficiários com NIS de final 0. Neste mês, 19,29 milhões de família foram beneficiadas, com o valor médio do benefício em R$ 678,18. Os moradores de 179 municípios de sete estados receberam o crédito no dia 17.

Bolsa Família II

O pagamento unificado da Caixa beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Acre (todos os 22 municípios), Amazonas (3 municípios), Paraíba (31), Rio Grande do Norte (113), Roraima (6), São Paulo (1) e Sergipe (3). O valor mínimo corresponde a R$ 600.

Imposto de Renda I

Cerca de 412 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco acertaram as contas com o Leão. A Receita Federal pagou nesta quarta-feira (30) o lote da malha fina de setembro. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores. Ao todo, 412.186 contribuintes receberam R$ 1,26 bilhão.

Imposto de Renda II

O pagamento foi feito na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte e tirar o extrato da declaração. Se verificar pendência, pode enviar declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

PIS/Pasep I

Empregados com carteira assinada e servidores públicos que trabalharam de 1971 a 1988 que querem sacar as cotas do antigo fundo Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) precisam estar atentos. Acabou na quarta (30) o prazo para pedir os recursos a serem pagos em outubro.

PIS/Pasep II

Criado na década de 1970, o fundo reunia recursos para complementar a renda de trabalhadores e servidores. Em 1988, ele foi substituído pelo modelo atual de abono salarial. Os valores não sacados foram transferidos em 2020 para o FGTS e, depois, ao Tesouro Nacional. Agora, o governo permite o resgate mediante pedido.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

O resultado representa melhora em relação ao mesmo mês de 2025

Contas públicas têm déficit de R$ 10 bilhões em agosto

Valor é melhor que o de agosto de 2025, que teve perda de R$ 17,3 bi

Da **Redação**

O setor público consolidado – União, estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R$ 10 bilhões em agosto. O resultado representa melhora em relação ao mesmo mês de 2025, quando o débito foi de R$ 17,3 bilhões.

Os valores foram divulgados pelo Banco Central (BC) nesta quarta-feira (30). O déficit primário corresponde ao resultado das contas públicas sem considerar o pagamento dos juros da dívida.

Em agosto, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) respondeu por déficit de R$ 14,7 bilhões, enquanto os governos regionais registraram superávit de R$ 2,7 bilhões e as empresas estatais tiveram resultado positivo de R$ 2 bilhões.

No acumulado de 12 meses encerrados em agosto, o setor público consolidado registra déficit primário de R$ 82,1 bilhões, equivalente a 0,62% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado é 0,06 ponto percentual inferior ao déficit do primeiro semestre.

Os gastos com juros nominais somaram R$ 105,9 bilhões em agosto, acima dos R$ 74,3 bilhões registrados no mesmo mês do ano passado.

Segundo o BC, contribuiu para esse aumento a piora no resultado das operações de swap cambial, que passaram de ganho de R$ 19,9 bilhões em agosto de 2025 para perda de R$ 9,3 bilhões em agosto deste ano.

Em 12 meses, as despesas com juros alcançaram R$ 1,182 trilhão, o equivalente a 8,86% do PIB.

Ao incluir o pagamento de juros, o resultado nominal do setor público foi deficitário em R$ 115,9 bilhões em agosto. No acumulado de 12 meses, o déficit nominal chegou a R$ 1,264 trilhão, ou 9,48% do PIB – alta de 0,12 ponto percentual em relação ao mês anterior.

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R$ 9,2 trilhões em agosto, o equivalente a 69,3% do PIB. O indicador subiu 0,1 ponto percentual no mês, influenciado principalmente pelos juros nominais e pelo déficit primário.

Já a Dívida Bruta do Governo Geral – INSS, governos estaduais e municipais – alcançou R$ 11,1 trilhões, correspondentes a 82,9% do PIB. O percentual ficou 0,3 ponto acima do registrado em julho.